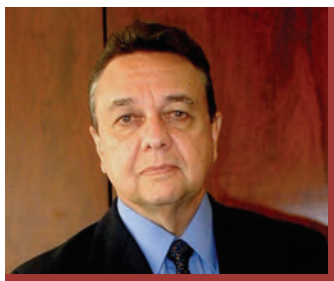


Diário de bordo

Mais irrigação



Roberto Rodrigues*

É POR demais conhecida a importância da irrigação como fator de aumento da produtividade agrícola nas regiões em que a pluviosidade é insuficiente para o desenvolvimento das culturas. A tecnologia está completamente dominada no mundo todo com expressivos ganhos de competitividade dos produtores.

De acordo com a FAO, existe hoje no mundo cerca de 1,533 bilhão de hectares cultivados com produtos permanentes ou temporários, dos quais 18%, isto é, 278 milhões de hectares, são irrigados, produzindo 44% da produção agrícola mundial.

Os dados da FAO se referem ao ano de 2000, quando a Índia já tinha mais de 57 milhões de hectares irrigados, a China mais de 53 milhões, os Estados Unidos superavam 25 milhões, sendo os três maiores neste setor.

O Censo de 2006 divulgado pelo IBGE mostrou que o Brasil irrigava 4,45 milhões de hectares, um aumento significativo de 1,8 milhão desde o último Censo, de 1996, quando a área era de 2,66 milhões de hectares.

Mesmo assim, o Brasil ainda está abaixo de países como Paquistão, Irã, México, Tailândia, Turquia, Namíbia e outros.

No entanto, a própria FAO acredita que o potencial das áreas ainda para irrigar em todo o planeta é de 188 milhões de hectares, enquanto o Brasil pode aumen-

tar seu perímetro irrigado em 25 milhões de hectares. Isso significa que nosso país tem 13% do potencial mundial de aumento de áreas irrigadas.

Estudos realizados pelo governo brasileiro comprovam os dados da FAO: de fato, podemos irrigar quase 30 milhões de hectares (considerando os já trabalhados), levando em conta a disponibilidade de recursos hídricos sem o risco de conflitos com outros usos prioritários para a água e atendendo às exigências da legislação ambiental e florestal, de forma que a expansão da agricultura irrigada seja sustentável.

Segundo Christofidis e Goretti (Revista Item, nº 83/84) de 1975 a 2006 (ano do Censo Agropecuário), 137 mil hectares de terra foram anualmente (em média), incorporados à superfície irrigada brasileira. Atualmente, as lavouras com maiores áreas irrigadas são: cana-de-açúcar (+ de 1,7 milhão de hectares), arroz (+ de 1,2 milhão), soja (620 mil), milho (560 mil), feijão (315 mil), café (260 mil) e laranja (150 mil).

Ainda de acordo com o Censo, 30% da área irrigada nacional eram por inundação ou sulcos, representados sobretudo pelo arroz do Rio Grande do Sul. E as irrigações por aspersão ou gotejamento representavam 70% do total.

Aliás, o Rio Grande do Sul é o Estado que mais irriga (990 mil hectares), seguido de São Paulo (770 mil), Minas Gerais (525 mil), Bahia (300 mil), Goiás (270 mil) e Espírito Santo (210 mil).

Temos muito que evoluir nesse setor e muito a ganhar para a agricultura brasileira.

Mas precisamos de uma estratégia definida, com metas objetivas e adequação da legislação, sobretudo a ambiental. A recente classificação da caatinga como mata atlântica é um exemplo de como a irrigação pode ser atrapalhada em nosso país. ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

Balanço do Plano Safra



Cesário Ramalho*

O PLANO Safra 2010/11 cumpriu sua obrigação ao disponibilizar mais recursos para custeio e investimento para a próxima temporada de produção de grãos. Todavia, aumentar o volume de crédito rural não resolve o principal gargalo do financiamento agrícola.

Números do próprio Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) indicam que, até abril, 32% dos recursos disponíveis do Plano 2009/10 não chegaram às mãos do produtor. E, passado o período de pico da tomada de recursos, é difícil crer que este percentual mudará.

A cada temporada, o crédito rural no Brasil fica mais estatizado. O dinheiro está cada vez mais concentrado numa única fonte. Enquanto isso, as amarras entre o produtor e o Estado sobram, como, por exemplo, a burocracia. E faltam políticas públicas que viabilizem pontes entre o produtor e o mercado.

A lógica do Plano Safra ainda está muito focada no volume de recursos oficiais e pouco voltada em estabelecer vínculo entre o produtor e as novas fontes de capital.

A inexistência de um seguro rural maciço, acessível e eficiente inviabiliza a atração de novos investidores na produção rural. Não se trata de cooperativas, agroindústrias e usinas em momento de ebulição. É, sim, do produtor rural independente, da classe média, o lastro de sucesso do nosso agronegócio. Vai e vem

saíra, e este produtor não se desvencilha do crédito ultraestatizado.

Para ser competitivo, o produtor precisa de um seguro de renda que simultaneamente lhe dê condições de tocar sua atividade e ofereça garantia aos investidores.

A produção agrícola e pecuária precisa de retaguarda financeira para cumprir seu papel estratégico e socioeconômico para o Brasil. Infelizmente, vamos para outro governo sem aprovar uma política de seguro rural que garanta renda e maior fluxo de caixa ao produtor.

A inadimplência de muitos produtores mostra que só aumentar recursos é apenas parte da solução. Se muitos estão endividados, com seus limites para captação pressionados, como vão conseguir tomar novas linhas de financiamento? Mas esses produtores ficaram endividados porque lhes faltou um seguro de renda que fosse capaz de dar ritmo, giro e dinâmica à atividade.

Além disso, mesmo o crescimento do crédito é insuficiente para atender à demanda do setor. Desta forma, o produtor capta a juros fixos somente uma fatia do capital necessário para sua atividade. O restante ele tem de pegar no sistema financeiro privado, com uma taxa de juros que beira 15% ao ano. Por que isso? Porque falta uma política agrícola que mitigue o risco tanto para investidor, quanto para o produtor.

O novo Plano Safra também trouxe acertos, como linhas de financiamento destinadas à ampliação da capacidade de armazenagem. Melhorar a oportunidade de estocagem faz com que o produtor tenha mais condições de planejar uma estratégia de negócios. Isso o deixa menos à mercê do humor dos mercados e ao vaivém das cotações.

Outra novidade que merece destaque no novo Plano é a criação do programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC). A iniciativa vai financiar práticas na lavoura que reduzam a emissão dos gases de efeito estufa, como o Sistema de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta e o plantio direto. ■

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

Opinião

Transformações da pecuária



João Sampaio*

NESTA ÚLTIMA década, marcada pelo dinamismo e pelas transformações do agronegócio brasileiro, a pecuária de corte se destaca. A atividade ficou exposta à competitividade no cenário internacional, aos desafios da produção de alimentos com sustentabilidade e às barreiras sanitárias e tarifárias. Ficou também pressionada a superar os desafios inerentes à produção, como aumento de produtividade, melhoria genética, rentabilidade e concorrência com outras atividades. Mas o setor tem superado as expectativas até dos mais céticos.

Os ganhos de produtividade das fazendas são evidentes, com crescimento da taxa de ocupação por hectare nas regiões Sul, Sudeste e mesmo no Centro-Oeste.

No Estado de São Paulo, por exemplo, desde a década de 70, a produção de carne por hectare cresceu 287%, 7 vezes mais do que o aumento de produtividade de cana-de-açúcar (41%). A área de pastagens, que era de 12 milhões de hectares, hoje totaliza nove milhões. Cerca de oito milhões de cabeças formavam o rebanho paulista, atualmente em torno de 12 milhões. Houve, então, aumento da lotação também. Esses indicadores demonstram a especialização da pecuária para o aumento da rentabilidade por hectare, isto é, dinheiro no bolso do pecuarista.

A criação paulista tornou-se de terminação, com crescimento no número

de confinamentos, em decorrência da disponibilidade da alimentação barata, como polpa cítrica e cana, da proximidade com a indústria frigorífica, do mercado consumidor interno e da logística de exportação.

Aliado a essas características, o desenvolvimento da pesquisa em genética e manejo produz o arcabouço necessário para que o pecuarista invista e aposte na inovação como forma de dar sustentabilidade econômica e ambiental à atividade. O Instituto de Zootecnia, órgão da Secretaria de Agricultura, junto com outras instituições públicas e privadas, está sintonizado com as demandas do consumidor. Um dos seus trabalhos de destaque é o estudo de mitigação de gases de efeito estufa, com ênfase em medições da produção de metano pelos bovinos, considerando alimentação, manejo e genética. Outra linha é a do programa de melhoramento, com 30 anos de seleção genética baseada em provas de ganho de peso. Este trabalho exportado para a pecuária do Centro-Oeste resulta em terceiras gerações de animais com pesos de desmama (aos trinta meses) entre 750 e 800 quilos, prontos para serem vendidos aos produtores de carne.

Na industrialização, os frigoríficos brasileiros internacionalizaram suas atividades, entraram no mercado financeiro e, hoje, dentro do agronegócio, são um dos setores com mais fome de expansão. A presença da carne bovina em supermercados de mais de 150 países é outra prova de que a produção de proteína animal está entre os setores mais dinâmicos da nossa agropecuária.

As constantes acusações de falta de sustentabilidade da pecuária nacional não são verdadeiras. Imagens sensacionalistas, cobranças indevidas e a má informação não devem balizar a nossa produção. A pecuária sem tecnologia e sem sustentabilidade terá de se adequar às oportunidades impostas pelo mercado. ■

* Produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo